



**Depois de novo falhanço de Hintze,
João Franco governa à inglesa, com
apoio dos lucianistas**

1906

*Vão idos os tempos dos jogos florais das
questões políticas, dos obstruccionismos, de
todas essas farragens velhas e antigas que
durante muito tempo fizeram, desgraçadamente,
a ilusão dos membros do parlamento português*
(João Franco em 29 de Setembro)

*Seja como for e suceda o que suceder, temos de
caminhar para diante, ainda que a luta seja rude
e áspera (e espero-o), porque aqui, mais do que
nunca, parar é morrer, e eu não quero morrer
assim ... nem tu!*
(D. Carlos em carta a João Franco)

*Se o sr. João Franco estende as mãos aos
republicanos, ela fica-lhe no ar abandonada,
porque nós não lha queremos*
(António José de Almeida)

À frente do governo está um rábula
(Afonso Costa)

● **Escola colonial e anarco-sindicalismo** – No ano em que é emitida a Carta de Amiens que estrutura o anarco-sindicalismo, eis que, de acordo com um plano inicial de Luciano Cordeiro e conforme os votos do Congresso Colonial de 1901, se institui no âmbito da Sociedade de Geografia de Lisboa a Escola Colonial, por iniciativa do ministro Moreira Júnior, ainda sob o governo de José Luciano, por decreto referendado em 18 de Janeiro e com sessão de abertura em 25 de Outubro. O primeiro director da nova instituição, Ferreira do Amaral, proclama então que *as escolas especiais devem ser fábricas*. Nesse ano é também editado o *Manual Político do Cidadão Português*, de José Francisco Trindade Coelho (1861-1908), enquanto Pareto publica o *Manuale di Economia Politica* e Sampaio Bruno reflecte sobre *Portugal e a Guerra das Nações* e *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Georges Sorel, que no ano anterior abandonara o marxismo ortodoxo, aderindo às ideias do sindicalismo revolucionário, e que, em 1908, se tornará adepto da monarquia, publica *Refléxions sur la Violence*, obra há-de ser reivindicada por Lenine e por Mussolini, enquanto Ludwig Von Mises se doutora em Viena.

● **Dos hintzáceos aos francáceos** – Depois da subida ao poder de Hintze Ribeiro, ns eleições de Abril, vitória dos governamentais regeneradores, então conhecidos como *hintzáceos*, contra a oposição, unida na chamada *concentração liberal*, que reuniu lucianistas e franquistas. Nas de Agosto, já depois do governo de João Franco, inaugurado em Maio, vitória dos novos governamentais, uma aliança de franquistas e lucianistas. Destaca-se, na oposição, republicana, a acção de Bernardino Machado que edita *O neo-liberalismo da monarquia*, onde considera que *o fim de toda a monarquia liberal é irresistivelmente a monarquia absoluta*, embora reconheça *o incontestável talento e grande poder de atracção do Sr. João Franco*. Já os católicos promovem o primeiro dos congressos das *Agremiações Católicas Populares de Portugal*, que se desenrolarão até 1910, surgindo em 1908 a chamada *Obra dos Congressos*. Em várias

dioceses instalam-se também as *Associações da Doutrina Cristã*. A questão dos adiantamentos à casa real é dramaticamente discutida no Parlamento em Novembro. Na sessão de 20 de Novembro de 1906, Afonso Costa diz: *Por menos do que fez o Sr. D. Carlos. Rolou no cadafalso a cabeça de Luís XIV*. Os deputados republicanos são suspensos durante um mês. Estamos no ano em que se cria em Lisboa um primeiro liceu feminino e em que também se realiza na região o primeiro campeonato de futebol, surgindo um novo grão-mestre da maçonaria, Francisco Gomes da Silva (1906-1907).

● **Discurso da Coroa**, abordando directamente a questão dos tabacos, ainda sob o governo de José Luciano (1 de Fevereiro). Alpoim declara que a Coroa não tem direito a censurar ninguém. Alguns dissidentes progressistas voltam a insinuar a necessidade de D. Carlos abdicar em D. Luís Filipe (2 de Fevereiro).

● **Sessão agitada na Câmara dos Deputados** quando José Luciano apresenta os novos ministros. É interrompida com evacuação das galerias, onde se grita *viva a República, abaixo o governo tabaqueiro, fora o chefe da quadrilha de ladrões* (7 de Fevereiro). José Augusto Barbosa Colen (1849-1917), no *Novidades*, faz também uma intensa campanha contra o governo.

● **O Conselho de Estado** não aprova proposta de José Luciano para a dissolução das cortes, por 7/4 (9 de Fevereiro).

● **Manifesto dos estudantes** de Coimbra contra a degradação da actividade governamental (19 de Fevereiro). Os do Liceu do Carmo em Lisboa queimam um grande charuto de cartão, onde pode ler-se *Abaixo o Governo*. D. Carlos recebe uma representação de estudantes de Coimbra que protestam contra o que qualificam como as *vergonhas* da política rotativa (20 de Fevereiro).

● **Jornais apreendidos** – São apreendidos *O Mundo*, de França Borges, e *O Primeiro de Janeiro*, jornal de que Alpoim é correspondente em Lisboa (13 de Fevereiro). Seguem-se *A Paródia*, o *Novidades* e *O Liberal* (16 de Fevereiro). Manifesto das empresas jornalísticas de Lisboa contra a apreensão de jornais (22 de Fevereiro).

● **Partido Nacionalista**. O jornal *Opinião*, de 16 de Março, proclama que *os nacionalistas não fazem questão de forma de governo; dentro de qualquer régimen o seu programa é liberal. O sistema de governo monárquicos não lhe é mais agradável que o sistema republicano, ou qualquer outro. Nunca fizemos questão disso*. Em 2 de Maio, o

partido nacionalista, como partido católico que é, só de uma aprovação não prescinde: a do Sumo Pontífice. Essa guardamo-la: é a nossa força.

● **Governo nº 47** (62 dias, desde 20 de Março) de **Hintze**. São mobilizados três futuros chefes do governo, como Artur Alberto Campos Henriques (1853-1922) para a justiça, António Teixeira de Sousa (fazenda) e Wenceslau de Sousa Pereira de Lima (1858-1919) para os estrangeiros, bem como Pimentel Pinto²⁷ (guerra), José de Azevedo Castelo Branco (marinha) e Pereira dos Santos (obras públicas).



● É o terceiro e último governo presidido por Hintze, o nono do reinado de D. Carlos e o 26º desde a Regeneração. Promove

novas eleições, graças a uma dissolução que havia sido solicitada pelo anterior governo progressista. São desde logo anunciados novos governadores civis, com destaque para o conde de Sabugosa em Lisboa.

● **Acordo de lucianistas e franquistas** – Como reacção, cria-se a chamada *concentração liberal* entre lucianistas e franquistas, no dia 2 de Abril. O jornal *O Século*, que anuncia o acordo no dia 4, chega a dizer que João Franco pode assumir papel de *chefe constitucional do futuro partido liberal da monarquia*, desempenhando papel semelhante ao de Gladstone. No dia 5, no *Diário Ilustrado*, considera-se que o rotativismo *deixa de existir logo que os partidos que se alternem no poder estejam em franca e sincera oposição, se fiscalizem honestamente, e não se unam para encobrir ao país os erros que cometeram*.

● **Revoltas militares** – Amotinação do cruzador *D. Carlos I* surto no Tejo. Consegue a pacificação, junto dos revoltosos Francisco Joaquim Ferreira do Amaral que,

apesar de receoso, recebe ordens do ministro da marinha para ir a bordo. É a primeira revolta da história da armada portuguesa (8 de Abril). Animada pela *União Naval*, uma organização carbonária. Segue-se a sublevação do couraçado *Vasco da Gama* (13 de Abril).

● *Em política, o que é absolutamente indispensável é não abdicar nunca dos princípios, e conformar sempre os actos com as palavras*, declarando que, no acordo feito com os programas *não cederá, das suas ideias e compromissos tomados perante o país, nem uma só, nem um único*.

● **Comícios republicanos** na Estefânia e nos Olivais (22 de Abril). Apreendidos jornais do partido, dois dias depois.

Prog. 17	Rege. Hintzáceos 105	
	155 dep.	
Diss. Pr. 9		Franco 7
Rep. 1		Nac. 6

● **Eleição nº 42** (29 de Abril). Vitória dos regeneradores hintzáceos, com 107 deputados. Progressistas lucianistas, 17. Dissidentes progressistas, 9. Regeneradores-liberais, 7. Nacionalistas, 6. Republicanos, 1. Os progressistas e regeneradores liberais decidem abster-se em Lisboa.

● **Incidentes com republicanos** no Rossio. Bernardino Machado renunciara ao lugar para que tinha sido eleito no Peral, dado que fora evidente a chapelada dos governamentais, ao darem-lhe mais votos do que o número de eleitores. Na manifestação de solidariedade, há um discurso de Afonso Costa e intervenção policial. Há centenas de feridos (4 de Maio).

● **Hintze sem paço nem praça** – José de Azevedo Castelo Branco, na Câmara dos Pares, há-de observar: *ao arbítrio do poder correspondia a desordem na praça pública; ao abuso governamental correspondia o procedimento ilegal nas ruas*. Sobre a inevitável queda de Hintze, há-de dizer: *S. Ex^o caindo, como caiu, tem um belo gesto de cortesia de Luís XIV, mas comprometeu em demasia o seu partido porque o*

despopularizou, não ficou com o paço nem com a praça, nem com o povo nem com o rei.

● **Novos incidentes** na praça de touros do Campo Pequeno: os espectadores voltam as costas à família real e ovacionam Afonso Costa (6 de Maio). O gabinete cai quando D. Carlos não concede a Hintze o solicitado adiamento das Cortes.

● **A decadência** – *Rodrigo, Fontes, o duque de Loulé, Sá da Bandeira, Casal Ribeiro, Ávila, Corvo, Valbom e outros foram desaparecendo; e como a obra política por eles efectuada é antes produto da vontade e do sentimento desses homens que resultado de um esforço consciente e colectivo da Nação, com o seu desaparecimento coincidiu uma decadência* (João Franco em 1924).

● **Governo nº 48** (19 de Maio) de **João Franco** (627 dias). Como observa António Cabral, *fazia 36 anos que o Marechal Saldanha pela última vez se revoltara*. Dura, na primeira fase, até 2 de Maio 1907, contando com o apoio dos progressistas, quando o chefe do governo diz querer *governar à inglesa*, isto é, *com energia, mas dentro do espírito das leis, com mão suave e firme*. Proclama até *tolerância e liberdade para o país compreender a monarquia* (25 de Maio). Mas, o jornal *Novidades*, logo insinua que se trata de uma *reação de luva branca* do Paço, com Soveral a influenciar D. Carlos (19 de Maio).

● António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto (1855-1924), considerado o *travesseiro*



militar de João Franco, na guerra. Aires de Ornelas e Vasconcelos na marinha e ultramar. José Malheiro Reymão nas obras públicas. José de Abreu Couto Amorim Novais (n. 1855) na

justiça. Ernesto Driesel Schroeder²⁷ (1850-1942) na fazenda. Luís Cipriano de Coelho Magalhães (1859-1935), antigo militante progressista e da Liga Liberal, filho de José Estêvão, governador civil de Aveiro em 1892, deputado independente desde 1897, nos estrangeiros.

● **Sensação de agrado** – Segundo Trindade Coelho, *o programa do governo regenerador-liberal não deixou de causar*

sensação – num país que além de estar atrasado meio século em relação à civilização europeia, quase não tem conhecido outro regime senão o do arbítrio, e não merecera, até esse momento, que um governo se lhe dirigisse directamente. A sensação foi de agrado, sem dúvida; sobretudo, quando pela palavra do seu chefe, o governo prometeu interessar-se pela instrução, pela sorte das classes operárias, pela fiscalização séria e honesta dos dinheiros públicos, e pelas garantias das liberdades e direitos, tanto individuais como colectivos. Mas teve um defeito capital: não só não aludiu à questão chamada religiosa, mas transigiu – de um modo demasiado ostensivo – com o elemento reaccionário.

● **Caminhar para diante** – *Seja como for e suceda o que suceder, temos de caminhar para diante, ainda que a luta seja rude e áspera (e espero-o), porque aqui, mais do que nunca, parar é morrer, e eu não quero morrer assim ... nem tu!* (D. Carlos em carta a João Franco, datada de 6 de Agosto). O novo chefe do governo tenta concretizar a sonhada *vida nova*.

● **Intervencionismo do monarca** – D. Carlos decide-se, finalmente, a ter uma intervenção activa no jogo político, escolhendo a personalidade de João Franco para a concretização do sempre falhado programa de *vida nova*, com um regime de *endireitas* dentro de um quadro liberal. E tudo acontece num período de *grande fertilidade messiânica*, como então dizia Manuel Laranjeira (1877-1912). É evidente que o novo governo não pode ser bem recebido pelos que dele não irão beneficiar. Em primeiro lugar, os regeneradores, afastados do poder. Em segundo lugar, os dissidentes

progressistas, por causa dos quais, José Luciano dá apoio a João Franco. Em terceiro lugar, os republicanos, em cujo terreno João Franco promete caçar.

● **Uma aliança baseada num pensamento elevado** – Em 4 de Junho, João Franco comparece na Câmara dos Pares e proclama que *o novo gabinete não vinha combater nenhum agrupamento político; que queria fazer boa administração, sobrepondo os interesses nacionais aos partidários*. José Luciano diz que *não se tratou de uma fusão política, mas de uma aliança formada num pensamento elevado, sem prejuízo dos programas dos respectivos partidos*, porque a concentração apenas foi assente em três bases: lei da responsabilidade ministerial, lei eleitoral dos círculos uninominais, entregando-se as operações dos recenseamento e das eleições ao poder judicial, e reforma orçamental.

● **Tumultos** – João Franco visita o Porto no dia 17 de Junho. É vaiado por uma multidão que grita *Abaixo a Ditadura*. A polícia intervém, sendo morto um manifestante. Regressa a Lisboa no dia 18 e tem uma recepção tumultuária na estação do Rossio, com apupos e insultos, sendo obrigado a fugir a galope pela Calçada do Carmo. Esta caçada nos terrenos do populismo sem o domínio da rua, onde os agitadores republicanos têm grande experiência há-se levar a trágicas consequências.

● **Eleição nº 43 da Câmara dos Deputados** (19 de Agosto). Vitória dos governamentais, da aliança entre franquistas e progressistas. 4 deputados republicanos em Lisboa (Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga e João de Meneses).

↵ Da esquerda

Progressistas lucianistas

- Aliados aos franquistas na *concentração liberal*.
- Participam no governo de João Franco com dois ministros até 2 de Maio de 1907 (José de Abreu Couto Amorim Novais e Luís Cipriano de Coelho Magalhães).

Dissidentes progressistas

- Liderados por José Maria Alpoim, desde 1905.
- Organizam conspiração conjunta com os

↵ Para a direita

Regeneradores hintzáceos

- Em 12 de Outubro de 1907, Júlio de Vilhena sucede a Hintze Ribeiro na chefia dos regeneradores.
- Tem a oposição de Campos Henriques e Teixeira de Sousa.

Regeneradores franquistas

- Aliados aos lucianistas na *concentração liberal* que sustenta o governo de João Franco desde 19 de Maio de 1906. São conhecidos como os *talassas* em finais de 1907. Têm o

republicanos, em finais de Janeiro de 1908.

Republicanos

- 4 deputados em Lisboa: Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga, João de Meneses.
- Intensa a actividade na greve académica desde Maio de 1907.
- Vencem as eleições municipais do Porto em 4 de Novembro de 1906.

apoio dos jornais *Diário Ilustrado* e *Jornal da Noite*.

● Dentro dos quadros liberais, João Franco anuncia querer *governar à inglesa*, mas depois de perder o apoio dos progressistas, é obrigado a *governar à turca*. De qualquer maneira, por trás do presidente do conselho está o intervencionismo directo do monarca na governação. Só que o rei D. Carlos até não inova, dado ter sido bem menos intervencionista que o regente D. Pedro IV, depois de 1834, ou que D. Maria II, com as actuações governamentais de Saldanha, nomeadamente depois de 1851.

● Acaba, no entanto, por prevalecer a contra-imagem do *ditador João Franco* quando poucos lhe poderiam atirar pedradas. Os adversários, aliás, menos que uma luta contra o autoritarismo, talvez temessem a hipótese de uma *ditadura genesiaca*, capaz de confirmar um caminho novo para o regime. E obrigam D. Carlos e João Franco aos tortuosos atalhos de uma simples *ditadura tímida*, intercalar, administrativa, apenas à maneira da ditadura clássica romana.

● Por isso, João Franco perde o norte. Deixa de poder atender a uma estratégia e perde-se em muitos tacticismos desesperados. Mas é até ao fim um convicto liberal defensor das instituições representativas. Até porque a *vida nova* que procura lançar tinha sido proposta anteriormente tanto pela direita como pela esquerda. Talvez tenha cometido o erro de caçar no terreno dos republicanos possuindo vagas ideias gerais sobre a matéria, ele que é simples produto de uma geração pós-fontista que, sem acreditar em nada de construtivo, se fica pelo vago pragmatismo.

● De qualquer maneira, o voluntarismo franquista, sobretudo aquele feitio pessoal propenso ao dramatismo do tudo ou do seu nada, não tem formação política capaz de o elevar ao desafio das circunstâncias. As exigências da política são bem maiores que as possibilidades do chefe do governo. é preciso um pouco mais. Porque, da derrota desta táctica, resulta, não apenas a queda da pessoa e dos respectivos apoiantes, mas, sobretudo, a trágica queda da própria monarquia. Porque os republicanos, filhos da mesma geração pouco mais são em termos políticos do que o mesmo João Franco, isto é, actores secundários.

Nacionalistas

●Fundados em 1903, opõem-se ao governo de João Franco.

●**Um enxame de abelhas...**Na Câmara dos Pares, em 15 de Outubro, compara o dia 19 de Maio de 1906, data da subida ao poder de João Franco, com o 19 de Maio de 1870, dia de Saldanha, onde este *subiu ao poder levado pelo esforço de um punhado de soldados*, e aquele *pelo trabalho de um enxame de abelhas*.

●**Questão dos adiantamentos** no Parlamento em 12 de Novembro. Pouco antes, João Franco tenta ser conciliador e no dia 6 de Novembro ainda considera na Câmara dos Pares que a ditadura de 1895 *foi um crime constitucional, que não beneficiou o país e de que estou arrependido*. Na sessão de dia 20, Afonso Costa proclama: *por menos do que fez o Sr. D. Carlos. Rolou no cadafalso a cabeça de Luís XIV*. Deputados republicanos são suspensos durante um mês. José Luciano, Hintze Ribeiro e José Dias Ferreira declaram, na Câmara dos Pares, nunca terem feito adiantamentos ilegais à Casa Real. Governo, na Câmara dos Deputados, apresenta projecto de aumento dos soldos a oficiais e sargentos, diploma aprovado no dia 23 (21 de Novembro). Manifestação de apoio a Afonso Costa. 63 pessoas presas. João Franco terá declarado: *façam a revolução já, ou não lha deixo fazer* (22 de Novembro).

●**Veiga Beirão** faz o primeiro ataque dos progressistas ao governo franquista na Câmara dos Pares, protestando contra o diploma do governo que estabeleceu o descanso semanal obrigatório (23 de Novembro)

●Começa uma **campanha de imprensa contra Schroeder**, considerado como cidadão austríaco Neste dia, sai notícia sobre a matéria no jornal regenerador *Novidades* (25 de Maio).

●*Quanto mais liberdade nos derem mais havemos de obrigá-lo a transigências que rebaixam ou às violências que comprometem* (Brito Camacho)

●*Se o sr. João Franco estende as mãos aos republicanos, ela fica-lhe no ar abandonada, porque nós não lha queremos* (António José de Almeida).

●*Houve ordem e houve lógica enquanto reinaram Hintze Ribeiro e José Luciano. Depois que sobreveio João Franco é o caos* (João Chagas):

●*À frente do governo está um rábula* (Afonso Costa).

●*Retire-se, senhor, saia do país, para não ter que entrar numa prisão, em nome da lei* (Afonso Costa, dirigindo-se ao rei).

●**Incidentes em Alcântara** na inauguração do centro franquista Marques Leitão (2 de Agosto). Prisão de vários manifestantes.

●Protestos contra o governo da **Associação dos Lojistas de Lisboa**, capitaneada pelo cacique progressista Pinheiro de Melo (29 de Novembro).

📖 Agostinho, José (V): 12; Carnide, Visconde de: 96, 97, 98, 99; Chagas, Álvaro Pinheiro (1913, I): 24; Gallis, Alfredo (II): 387, 389, 399, 402, 405, 407, 426, 427, 430, 431; Gomes, Pinharanda (1984): 84, 129; Oliveira, Lopes: 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231; Paixão, Braga (1971, III): 48, 52 ss.; Santos, António Ribeiro dos: 226, 227; Serrão, Joaquim Veríssimo (X): 118 ss.